



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9926 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT14 - Sociologia da Educação

O DIREITO À PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS PESQUISAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Lucimara Gomes Oliveira de Moraes - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Ingrid Dittrich Wiggers - UnB - Universidade de Brasília

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

O DIREITO À PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS PESQUISAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar metodologias desenvolvidas nos estudos com crianças no contexto da pandemia da covid-19. A escuta das crianças em pesquisas acadêmicas insere-se no conjunto de direitos da criança e se sustenta em preceitos democráticos, como a Convenção dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1989. O aporte teórico pauta-se na sociologia da infância em articulação com a sociologia do cotidiano. A metodologia seguiu um processo de revisão de literatura, no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como em dossiês especializados na temática da infância na pandemia. As metodologias que viabilizaram a escuta das crianças foram mediadas por tecnologias, indicando demanda de financiamento nas pesquisas com crianças durante a pandemia.

Palavras-chave: Direitos da criança. Direito à participação. Sociologia da infância. Sociologia do cotidiano. Pandemia.

Introdução

O presente trabalho aborda pesquisas sobre as infâncias durante a pandemia. A justificativa deste estudo está alicerçada na defesa da proteção das infâncias e de seus direitos, dentre eles o direito à escuta em pesquisas acadêmicas, especificamente, no contexto da pandemia da covid-19. A decisão de elaborar um inventário das metodologias desenvolvidas nos artigos selecionados se inscreve em um contexto histórico e social desafiador para pesquisadores da área da infância. Antes a escuta das crianças acontecia em seus cotidianos, mas no atual cenário, as interações presenciais foram impedidas: “Estas novas interdições sobre a dimensão corporal das crianças [...] apresentam-se como um grande desafio a enfrentar, nesta que é, ao mesmo tempo, uma urgência de novas pesquisas” (BUSS-SIMÃO; LESSA, 2020, p. 1440).

As pesquisas sobre as infâncias contribuem para conferir visibilidade à pluralidade com que essa geração se constitui nas cidades, no campo, nas favelas, nas escolas e em outros locais de convivência comunitária. Desse modo, a participação das crianças nas pesquisas vincula-se ao direito de cidadania (CORSARO, 2011). Como as pesquisas acadêmicas desvelam violações dos direitos e apontam para compreensão da criança como sujeito de direito, as alternativas metodológicas de pesquisas com crianças no contexto da pandemia significam a busca pela defesa das conquistas democráticas. O objetivo deste trabalho é analisar metodologias desenvolvidas nos estudos sobre as infâncias durante a pandemia.

Direito à participação dos sujeitos da infância nas pesquisas acadêmicas

Os estudos da sociologia da infância indicam que o cotidiano abre possibilidades de escuta das vozes das crianças (CORSARO, 2011; CARVALHO; FOLCHI, 2017). O cotidiano permite aos pesquisadores uma “tentativa de captação” e construção dos dados, como registrou Pais (2015). No contexto da pandemia, a escola, uma conquista democrática e instituição de Estado de proteção à infância, fechou suas portas, colocando em risco o desenvolvimento de milhões de crianças. O cotidiano infantil foi abruptamente transformado com a pandemia. As decisões políticas fragilizaram direitos da criança, dentre eles o direito de participar como sujeitos de pesquisas acadêmicas.

No entanto, cabe recordar que a Convenção dos Direitos da Criança (CDC) da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1989, insere a participação da criança em processos que lhe dizem respeito como um direito, visto que a criança “é capaz de formular seus próprios pontos de vista” tendo, portanto, “o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas, em função da idade e da maturidade da criança” (ONU, 1989).

Assim, o artigo 12 da CDC considera a participação da criança como uma categoria pertencente aos direitos individuais e coletivos da infância. Com as conquistas democráticas, as metodologias nos estudos sobre as infâncias configuraram-se como ações de reconhecimento da legitimidade das culturas das infâncias, considerando que “as crianças são vistas como atores sociais em seu próprio direito, e os métodos são adaptados e refinados para melhor ajuste as suas vidas” (CORSARO, 2011, p. 57). Em razão da covid-19, o mundo passou a viver um contexto de necessário distanciamento social que obstaculizou as interações entre pesquisadores e crianças, descortinando um horizonte eivado por novos desafios às pesquisas sobre as infâncias.

Pesquisa com crianças em contextos limítrofes

Em abril de 2021, foi realizada uma busca no portal da CAPES de artigos publicados entre 3/4/2020 a 3/4/2021 com as palavras-chave “infância” e “pandemia” (CAPES, 2021). Ao selecionar a área de conhecimento “Ciências Humanas” e filtrar pela subárea “Educação”, obteve-se 74 artigos. Desse total, apenas 5 apresentaram, em seus resumos, congruência com a pesquisa sobre as infâncias em tempos de pandemia. Após o mapeamento no portal da CAPES, que indicou a produção de dossiês da revista Zero-a-Seis,^[1] optou-se por analisar os 23 artigos publicados nos dossiês n.22 e n.23 do periódico, voltados para pesquisas com crianças durante a pandemia.

A metodologia qualitativa foi predominante, sendo registrado apenas um artigo com o desenvolvimento da abordagem mista, também conhecida como quali-quantitativa. Nos textos

<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 26 de abr. de 2021.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011. E-book.

GOMES, Elisabete X. Pedagogia da presença na formação de educadoras/es na infância: perspectivas sobre as suas (im)potências no âmbito da pandemia. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 269-290, jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79039/45384>. Acesso em: 24 de abr de 2021.

PAIS, José Machado. **Sociologia da Vida Quotidiana**: teorias, métodos e estudos de caso. 6ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

QVORTRUP, Jens. Infância e Política. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo. v. 40, n.141, p. 777-792, set./dez. 2010. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/147/146>. Acesso em: 22 de jun.2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança**, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 15 abr. de 2021.

[1] Os dossiês do periódico são publicados pela Revista Eletrônica editada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa da Educação da Pequena Infância – Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).